



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

2ª Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista

Síntese

A pauta da 2ª Reunião Extraordinária foi definida conforme listado a seguir, tendo sofrido algumas modificações, em termos de ordem, ao longo da reunião:

- **Manhã do dia 13**

- Informes sobre as atividades desenvolvidas pelas subcomissões;
- Apresentação de informes por parte dos representantes indígenas e de governo.

- **Tarde do dia 13**

- Continuação das apresentações das subcomissões;
- Apresentação e discussão sobre proposta projeto de lei que regulamenta o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, relativo ao artigo 231 da Constituição Federal – feita por Márcia Camargo, do Ministério de Minas e Energia. Debate de questões levantadas pelos membros da Comissão.

- **Manhã do dia 14**

- Apresentação sobre o tema Planejamento energético e estudos de inventário em bacias hidrográficas, por Paulo Nascimento, do Ministério de Minas e Energia;
- Apresentação sobre a atuação da Polícia Federal nas operações em terras indígenas, solicitada pela subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, feita pelo Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira. Debate de questões levantadas pelos membros da Comissão.

- **Tarde do dia 14**

- Continuidade da discussão sobre a atuação da Polícia Federal em terras indígenas;
- Informe da Subcomissão de Saúde;
- Informe da Subcomissão de Políticas Públicas, Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Apresentação e debate sobre o Projeto-piloto de registro civil de nascimento dos povos indígenas, feita pela antropóloga responsável pela coordenação técnica do projeto, Aldayr Brasil Barthy, do Projeto Rondon, e Leilá Leonardos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
- Definição da situação de pendências na representação indígena do estado do Amapá e do Mato Grosso do Sul;
- Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária da CNPI;
- Apresentação do Planejamento Estratégico da FUNAI;
- Definição da data e pauta das próximas reuniões da CNPI.



Dia 13 de março de 2008

1. Relato das subcomissões - Dando início às atividades previstas na pauta da 2ª Reunião Extraordinária da CNPI, o presidente solicitou aos relatores que apresentassem, o mais brevemente possível, os informes, recomendações e encaminhamentos definidos no âmbito das subcomissões, dos quais segue síntese, bem como das manifestações e deliberações da Plenária:

- **Subcomissão de Educação:** A relatora, Francisca Pareci, informou que a reunião da Subcomissão contara com a presença do representante do Ministério da Educação, Armênio Schmidt, com o qual discutiram sobre os seguintes temas: realização da Conferência Nacional de Educação; PAR indígena, no âmbito do que discutiram especialmente a situação dos projetos encaminhados pelas secretarias estaduais, analisando, em detalhes, as planilhas apresentadas pelo MEC; aparelhamento das escolas indígenas; convocação do Conselho Nacional de Educação; retrospectiva sobre documentos anteriores, ações junto às secretarias estaduais e a Lei de Diretrizes e Bases.

Foi informado que os trabalhos serão aprofundados a partir da análise da documentação relativa aos assuntos tratados, a qual o MEC se comprometeu a fornecer. Foi destacada a importância da participação da Coordenadora Geral de Educação da Funai, Maria Helena Fialho, na reunião da Subcomissão, tendo em vista que a mesma conhece muito bem a situação vivenciada em todo o país. Como encaminhamento da reunião, definiram que será feita consulta no Abril Indígena com vistas à aprovação de propostas da Subcomissão.

- **Subcomissão de Etnodesenvolvimento:** Aderval Filho relatou que inicialmente foi aberta a palavra para a apresentação de informes diversos. Num segundo momento, trataram sobre o Seminário Nacional de Etnodesenvolvimento Indígena/Agendas Bilaterais, que não pôde ser realizado em dezembro, mas tem previsão para acontecer em 2008. Diante disso, concluíram que, antes de sua realização, faz-se necessário desenvolver, no âmbito da subcomissão, as seguintes ações: levantamento de programas



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

e ações governamentais estratégicas relacionadas ao etnodesenvolvimento, desenvolvidas pelos diversos órgãos de governo, que deverá estar disponível antes do seminário, para subsidiá-lo; construção de agendas bilaterais com os gestores dos programas e ações elencados, a partir dos eixos temáticos: gestão ambiental e territorial, proteção e revitalização de conhecimentos e práticas tradicionais, educação e sustentabilidade ambiental, fomento à produção e geração de renda, fortalecimento institucional, controle social, etnodesenvolvimento e impacto de obras e empreendimentos, políticas sociais, integração de ações nas terras indígenas.

Tendo em vista a dar andamento aos trabalhos da Subcomissão, esta apresentou as seguintes recomendações à plenária:

- 1) Que sejam convidados os responsáveis pela proposição do PAE - Programa de Aquisição de Produtos Extrativistas do Eixo Povos e Comunidades Tradicionais da Agenda Social do governo federal, para apresentação da proposta e discussão sobre formas de se viabilizar a participação indígena;
- 2) Que sejam convidados os responsáveis pela Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil para apresentação do desenho, metodologia e participação indígena no processo.

Uma vez concluído o relato, o presidente abriu a palavra para a plenária, ao que a representante indígena Pierlângela Wapichana propôs que se chame como ponto de pauta a questão do extrativismo, reiterando a importância de que seja feita apresentação sobre a Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Luis Titiah solicitou que antes do Abril Indígena tenham notícias sobre a maior participação indígena, na prática, nos projetos propostos pelo governo, entre outras manifestações da plenária. A propósito dos comentários, Aderval Filho informou que, assim que for concluído o levantamento previsto pela Subcomissão será apresentada proposta para a realização da oficina nacional.

Oportunamente, o presidente da CNPI deu informe sobre viagem que realizou à Alemanha, para discutir a continuidade da cooperação entre o Brasil e aquele país, informando sobre a proposta lá discutida de que essa nova fase da cooperação seja mais voltada para o etnodesenvolvimento, uma vez já ter sido demarcada a maior parte



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

das terras indígenas, que neste momento necessitam de alternativas para sua sustentabilidade. Nesse sentido, sua proposta é que se use inclusive o orçamento remanescente do PPTAL para atividades relacionadas ao etnodesenvolvimento; para atender as áreas que não fazem parte da Amazônia Legal, informou que estão buscando novo parceiro, no caso o Banco Mundial, com o qual já foram mantidos contatos e que demonstrou grande interesse na questão. A fim de dar prosseguimento à proposta, o presidente propôs que a Subcomissão participe da reunião que será realizada com a referida instituição, com o que os membros concordaram.

Não havendo posições contrárias ao que foi proposto, aprovaram-se as recomendações da Subcomissão.

▪ **Subcomissão de Assuntos Legislativos** – Antonio Potiguara informou que os membros fizeram retrospectiva das reuniões anteriores, discutindo a seguir o ponto central da pauta, que se refere à realização das consultas regionais e nacional necessárias à retificação e ratificação da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas que será apresentada pela Subcomissão de Assuntos Legislativos, relativamente ao que propuseram os seguintes encaminhamentos:

1) Estabelecer uma agenda de trabalho a ser iniciada no Abril Indígena de 2008 e finalizada no Abril Indígena de 2009, ocasião em que será apresentada a versão final da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas;

2) Que no decorrer do prazo estabelecido acima sejam desenvolvidas as seguintes atividades:

2.1 - Obtenção da anuência, no Abril Indígena de 2008, em relação à presente proposta, estabelecendo-se os métodos a serem postos em prática nas consultas, assim como os critérios a serem utilizados para a definição da versão final da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas;

2.2 - Realização de seminário nacional de capacitação de moderadores locais;

2.3 - Realização de 5 seminários regionais voltados à apresentação de esclarecimentos, coleta de informações e propostas apresentadas pelos povos indígenas de todo o território nacional;



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

2.4 - Realização de oficinas de sistematização e consolidação da proposta a ser apresentada;

2.5 - Apresentação da proposta final de Estatuto dos Povos Indígenas no Abril Indígena de 2009.

3) Constituição de uma comissão, indicada no Abril Indígena de 2008, que procederá a todas as consultas locais, em conjunto com representantes de povos e organizações indígenas de cada região.

O relator destacou ainda duas ressalvas e considerações a respeito das propostas da Subcomissão, quais sejam: que haja efetivo compromisso do governo federal em viabilizar a realização do processo anteriormente descrito; que o presidente da CNPI faça gestões junto ao Poder Legislativo pleiteando a suspensão da tramitação dos projetos de lei relacionados com os assuntos contidos nas propostas de Estatuto dos Povos Indígenas, a exemplo da mineração e outros.

Após o relato e comentários dos membros da CNPI, deliberou-se da seguinte forma:

- 1) Aprovada a programação proposta pela subcomissão, a depender de questões práticas, como tempo hábil para realizar licitações e outras questões ligadas à logística;
- 2) Aprovada proposta do presidente da CNPI no sentido de que a Funai se articule com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, a fim de integrar o programa de editais para universidades e organizações com pesquisas na área de direito, sobre projetos de lei. O objetivo é que um dos 8 editais que serão lançados esse ano seja a respeito do Estatuto dos Povos Indígenas, a fim de complementar e trazer novos recursos para os esforços voltados para os estudos e levantamentos sobre o assunto. Cada edital tem o valor de R\$ 70 mil reais, e a previsão para lançamento é o mês de abril;
- 3) Aprovada proposta de que seja realizada reunião da CNPI, em Brasília, na semana do Abril Indígena, para reforçar a relação entre a Comissão e o movimento indígena, sendo esta uma reunião extraordinária, com duração de um dia, a ser definida e informada pela Secretaria Executiva da CNPI.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

▪ **Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania:** foi informado que a Subcomissão retomou as discussões e propostas definidas em reuniões anteriores, dentre as quais listaram as seguintes recomendações, informando sobre seu andamento:

- Pedido de informações sobre a situação dos índios Enewenê-Nawê de Juína, estado do Mato Grosso, sobre o qual informaram não ter tido resposta;
- Pedido à AGU no sentido de que informe sobre disputas judiciais envolvendo territórios indígenas, já atendido;
- Solicitação à Funai de mapa detalhado de áreas indígenas em que ocorrem conflitos territoriais, já atendida;
- Solicitação à DEPEN de informações sobre indígenas presos, destacando-se que a Subcomissão dispõe apenas de dados obtidos no sítio do referido órgão, sendo necessárias maiores informações;
- Solicitação à Funai e à Polícia Federal quanto à apuração de número de indígenas que estão sendo investigados ou indiciados em inquéritos policiais, ainda não respondida;
- Solicitação à Polícia Federal no sentido de que esclareça como opera em terras indígenas, tema que será objeto de apresentação, na presente reunião, por parte do Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, chefe da DASP – CGDI – DIREX, da Polícia Federal;
- Solicitação de informações sobre o Pronasci, as quais, segundo informaram, poderiam ser apresentadas pelo representante do Ministério da Justiça presente à reunião, o senhor Jorge Quadros;
- Solicitação de informações sobre a regularização fundiária no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em especial sobre a questão Kaiowá. A propósito, o relator sugeriu que a CNPI emita nota de repúdio contra a morte de indígenas em conflito com a polícia, especialmente no estado do Mato Grosso do Sul.

Em resposta às questões levantadas, o representante do Ministério da Justiça, Jorge Quadros, sugeriu inicialmente que se desenvolvam alternativas pontuais na SENASP, de forma a que passe a constar no currículo da formação de policiais a preparação para lidarem com questões relacionadas aos povos indígenas. Nesse sentido, foi proposto que o presidente da Funai se reúna com o secretário de Segurança Pública para tratar destas e de outras questões.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

O presidente da CNPI solicitou que seja feita apresentação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania à Comissão e afirmou que o Ministro da Justiça já solicitou que seja apresentada proposta relacionada aos povos indígenas no âmbito do referido programa.

O procurador da Funai, Antonio Salmeirão, informou que, a propósito dos problemas apontados pela Subcomissão, foi realizado concurso para procuradores, tendo sido designados dois deles para atuar em Dourados, por ser uma região que concentra muitos problemas, devendo os mesmos atuar na justiça criminal. O procurador informou que está pronto edital de força-tarefa sobre esse assunto na referida região, o que ainda não foi feito em razão de greve dessa categoria, destacando que, embora esta não seja solução definitiva, já representará avanço. Foi informado ainda que foram preenchidas vagas em Manaus, Rio Branco e Porto Velho, representando aumento de 50% no quadro de procuradores federais da Funai.

Sobre a solicitação, ainda não atendida, de que o DEPEN apresente listagem contendo a relação dos indígenas presos, sem acompanhamento jurídico, o representante do Ministério da Justiça informou que de fato apenas agora, com a criação de presídios federais, é que se vai passar a dispor de informações sistematizadas sobre a questão. Ao que o presidente destacou que um dos objetivos do Pronasci é justamente lidar com essas situações.

▪ **Subcomissão de Terras Indígenas:** Danilo Terena informou que na 4ª reunião Ordinária da CNPI foram solicitados encaminhamentos, mas que tanto o representante da Funai como do Incra estavam ausentes, o que impossibilitou seu atendimento. Felicitou, no entanto, pelo atendimento de uma das propostas aprovadas no âmbito da Subcomissão, que se trata da revogação das portarias que propiciavam a participação do governo de Santa Catarina na regularização das terras indígenas do estado, a propósito do que solicitam que seja emitido expediente da CNPI parabenizando o Ministro da Justiça pela revogação.

Foram propostos à plenária, ainda, os seguintes encaminhamentos:

1) Que seja feita imediata gestão pela desintrusão, registro e sejam asseguradas as condições de sustentação da população de todas as terras indígenas já homologadas;



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

- 2) Que a Diretoria de Assuntos Fundiários informe sobre o andamento da articulação com o Incra sobre o mecanismo de consulta recíproca para a criação de assentamentos e terras indígenas e para o aprofundamento do convênio de cooperação técnica já existente no que se refere à participação do referido órgão no processo de regularização fundiária de terras indígenas
- 3) Sugestão no sentido de que a CNPI aprove recomendação ao Ministro da Justiça a fim de que determine à Funai que se abstenha de emitir quaisquer certidões ou atestados negativos de ocupação da terra por índios;
- 4) Recomendação no sentido de que a Funai e a CGID consolide a lista de balanço de terras indígenas e a apresente impreterivelmente até a próxima reunião, para que possam trabalhar no estabelecimento de critérios e prioridades para a seqüência do processo de regularização fundiária, considerando os recursos humanos e financeiros escassos;
- 5) Que se recomende enfaticamente à Funai que envie um representante da CGID às reuniões da Subcomissão, a fim de que apresente informações relativas aos encaminhamentos anteriores.

Em resposta aos encaminhamentos propostos pela Subcomissão, o presidente esclareceu que o Coordenador da CGID, Paulo Santilli, não pôde comparecer em razão de problemas de saúde, destacando que o mesmo está trabalhando para que a lista possa ser disponibilizada, inclusive na internet, o quanto antes. Propôs que na reunião extraordinária a acontecer em abril sentem-se com Paulo Santilli para serem informados do andamento desta questão. A respeito da solicitação da Subcomissão no sentido de que a Funai se abstenha de fornecer certidões negativas sobre a ocupação da terra por índios, a Dra. Alda/AGU, esclareceu que se trata de algo inconstitucional, pois, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, artigos ‘c’ e ‘d’, a todos é assegurado o fornecimento de informações de seu interesse. Poderia se colocar de outra forma, mas da maneira que proferiram não é correto.

O presidente informou que, quando iniciou sua gestão na Funai, não havia procedimento claro, e corria-se o risco de a CGID virar órgão emissor de certidões negativas e não fazer seu trabalho, que é demarcar terras indígenas. Assim, baixou normatização, pois concorda que a Funai é obrigada a fornecer a certidão, mas



não de qualquer forma. Desta maneira, estão sendo fornecidas, mas com critério. Lyliã Galetti sugere que seja divulgada a instrução normativa, pois é uma ação histórica, após um passado de notória corrupção na emissão dessas certidões.

▪ **Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude:** A relatora, Pierlângela Wapichana, informou que foi feito encontro de jovens e mulheres indígenas, fruto de mais de 60 oficinas realizadas ao longo dos últimos 4 anos, resultando em documento que, a propósito, solicita que seja encaminhado aos órgãos relacionados à implementação de políticas voltadas para esse segmento. Foi ressaltada a importância da cooperação entre a Coordenação de Educação e Coordenação de Mulheres Indígenas da Funai, que viabilizou a realização dessa oficina.

Jorge Quadros, do Ministério da Justiça, sugeriu a subcomissão se reúna com a Secretaria da Juventude/MJ, pois a mesma já dispõe de ações definidas para esse segmento. Léia Vale, membro da Subcomissão, informou que esta tem acompanhado as conferências realizadas pela Secretaria da Juventude, que um fruto do Encontro realizado em Cuiabá foi a inclusão de política voltada para as mulheres, que no primeiro plano não haviam sido incluídas e passarão a constar no segundo. Foi discutida a dificuldade enfrentada pelos jovens indígenas para obterem vagas e garantir a sua participação nas conferências estaduais. A respeito, o presidente propôs, como encaminhamento prático, que a subcomissão prepare documento a ser enviado à Secretaria Nacional de Juventude a fim de que esta considere criar uma bancada indígena independente das estaduais, propondo-se ainda a conversar com o Secretário Nacional sobre a situação relatada pela bancada indígena.

▪ **Subcomissão de acompanhamento de empreendimentos com impactos em terras indígenas:** Brasília Pripá atuou como relator, informando que, na primeira reunião, não puderam discutir o assunto adequadamente, pois não contavam com as informações necessárias. Segundo relatou, tendo sido esta a primeira reunião da Subcomissão, as discussões iniciais centram-se nas razões de sua criação e seus objetivos.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

Quanto aos encaminhamentos propostos à plenária, foram os seguintes:

- 1) Recomendação no sentido de que a Funai/CGPIMA passe a integrar efetivamente a Subcomissão, como membro permanente;
- 2) Solicitação no sentido de que seja disponibilizada à subcomissão lista organizada de empreendimentos previstos no PAC, destacando aqueles com impactos sobre terras indígenas, indicando quais as terras e povos indígenas serão afetados, fase dos empreendimentos e tipos de impactos previstos;
- 3) Solicitação para que a Casa Civil disponibilize documento explicativo sobre como o PAC tem sido gerenciado e acompanhado pelas instâncias governamentais;
- 4) Que seja disponibilizado documento explicativo sobre todo o processo de licenciamento dos empreendimentos, contendo informações como fases, atores, instrumentos, mecanismos, legislação, entre outras, destacando ainda as especificidades da incidência sobre as terras indígenas
- 5) Que a Secretaria Executiva providencie, a cada reunião, a atualização do documento que sistematiza as ações processuais em andamento no Judiciário, relativo às obras do PAC, produzido pela AGU.

Brasílio Priprá informou que, com essas medidas, esperam que enfim os povos indígenas tenham a garantia de acesso às informações que lhes dizem respeito quanto a esses empreendimentos.

A propósito da solicitação de que a Secretaria Executiva providencie atualização da lista sobre ações processuais em andamento no Judiciário com relação ao PAC, a Dra. Alda informou que esta é atualizada a cada 2 meses, comprometendo-se a apresentá-la no respectivo período e prestar informações sobre o tratamento dessas ações no Judiciário à medida em que for atualizada.

Aderval Filho informou que foi solicitado à Casa Civil o georeferenciamento das áreas onde há empreendimentos previstos, mas que nem tudo está pronto. Sugeriu, a seguir, que a subcomissão solicite reunião com o Comitê Gestor do PAC na Casa Civil, responsável por gerenciar esse processo, com vistas a iniciar o diálogo tão necessário nessa situação.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

O presidente esclareceu que muito tem se mencionado sobre os empreendimentos do PAC, mas que a subcomissão foi criada com o propósito de analisar os projetos que impactam terras indígenas, o que é algo bem mais amplo. Sendo que os resultados obtidos até o momento dão a impressão de que os empreendimentos estão todos no PAC, o que não corresponde com os fatos, pois os projetos que estão em curso no país em sua maior parte não estão no âmbito do PAC.

Em síntese, a Coordenadora da CGPIMA manifestou contentamento com a solicitação de que a Coordenação passe a integrar a Subcomissão. Sobre os empreendimentos, informou que a situação mais grave não é relacionada ao PAC e sim aos passivos ambientais. A propósito dos procedimentos para licenciamento de empreendimentos, concordou sobre a importância de que seja definidos e informou que a Funai está preparando normatização, a ser publicada pelo Conama, que entrará em vigor em breve. Sobre a listagem das obras com impactos sobre terras indígenas, informou que a mesma necessita ser atualizada constantemente, o que se trata de algo complexo, sendo que no momento existem 55 empreendimentos em tramitação na CGPIMA, 171 empreendimentos que impactam direta e indiretamente terras indígenas, que estão em diferentes fases. A coordenadora concluiu frisando que, apesar de ter sido aumentado o quadro da Coordenação, este ainda não é suficiente para atender todas as demandas que deve atender, uma vez que praticamente todas as 615 terras indígenas enfrentam algum tipo de problema; finalmente, afirmou sua expectativa de voltar em breve à CNPI para apresentar o Sigat.

Com respeito aos questionamentos quanto à falta de encaminhamentos práticos por parte da subcomissão, foi esclarecido que a mesma iniciou agora os seus trabalhos e deste ponto em diante é que vai ser possível avançar, para o que ressaltou ser imprescindível que tenham acesso às informações solicitadas. Foi frisada a importância de que seja de fato normatizado o processo de licenciamento, definindo os passos que os atores envolvidos têm que seguir, para evitar que a situação continue caótica como está hoje.

Ao final das manifestações da plenária, não havendo posições contrárias aos encaminhamentos propostos pela Subcomissão, estes foram aprovados em sua totalidade.



▪ **Informe da Subcomissão de Saúde:** o relator, Edgard Magalhães/Funasa, informou que foram avaliados os encaminhamentos da última reunião, aprovando-se proposta no sentido de que seja criada a Comissão de Regulamentação do Subsistema de Saúde Indígena, com o objetivo de propor a reformulação ou o aperfeiçoamento da política de saúde indígena. Em termos de abrangência e finalidade, deverá propor mecanismos de regulamentação do subsistema de saúde indígena e reconhecimento de seu caráter especial, incluindo temas como: autonomia administrativa e gestora dos DSEI; autoridade sanitária; relacionamento com os demais gestores públicos, com as prefeituras; financiamento do subsistema de saúde indígena (fundo distrital de saúde indígena); forma de execução da atenção à saúde indígena (convênios, recursos humanos); impactos, formas de operacionalização e andamento da portaria n. 2656/2006. Conforme explicou o relator, o grupo de trabalho consiste na subcomissão de saúde, ampliada pela participação de um representante do Fórum dos Presidentes de Condisi, um representante da CISI/CNS, de Caboquinho Potiguara e do antropólogo do MPF de Alagoas, Ivan Soares.

Foi definido como indicativo de data da primeira reunião os dias 24 e 25 de abril, sendo a proposta que se realize em Alagoas, local oportuno devido ao número de participantes do Nordeste que fazem parte da Comissão e para estarem perto de realidade específica do estado de Alagoas.

Edgard Magalhães informou ainda que houve decisão judicial do TRT - 10ª Região (DF) que condenou a Funasa pela terceirização de recursos humanos na saúde indígena efetuada por meio de convênios; esclareceu que a decisão obrigava a Funasa a não prorrogar convênios e a não assinar novos convênios, permitindo que concluísse aqueles que se encontrassem em andamento. No entanto, em acordo com o MPF, a decisão judicial foi suspensa por 90 dias, cabendo à Funasa, no decorrer desse período, formular acordo como MPF e MPOG com vistas à solução relativa à contratação de recursos humanos para atuar na atenção à saúde indígena. O acordo, segundo informou, deverá ser composto por um cronograma de concursos públicos para admissão de pessoal por parte da Funasa, sendo o relator favorável à contratação de



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

formas distintas para o perfil de gestão do subsistema, via Lei 8.112, e para o perfil de atenção à saúde indígena, via processo seletivo simplificado e vínculo pela CLT.

Ainda de acordo com o relator, não há detalhes sobre o acordo, pois virão a ser construídos ao longo do prazo que se iniciou agora; avalia que provavelmente o acordo vai contemplar vários momentos de seleção ao longo de 3 anos, selecionando funções na gestão e atendimento e provavelmente, ao fim do período, ocorrendo a gradual substituição dos atuais convênios em saúde indígena.

Ao final do relato, o membro da CNPI, Lindomar Xocó, manifestou-se, em síntese, contrariamente à municipalização da atenção à saúde indígena, no que foi apoiado pelo representante indígena Marcos Xucuru. Francisca Pareci perguntou aos membros da subcomissão se haviam se lembrado de questões ligadas ao direcionamento de política e se haviam cogitado o aproveitamento dos estudantes indígenas da área de saúde no que se refere às contratações. Wilson Matos, por sua vez, questionou em que instância está a decisão, afirmando que uma decisão judicial não pode revogar lei; Ak'Jaboro Kayapó solicitou que o presidente ou diretor da Funasa faça visita à sua área para explicar sobre a portaria n. 2656 e a suspensão de convênios de saúde, afirmando ainda que está com problemas, pois em sua região está sendo dito que a CNPI está autorizando acabar com a Funai, construir hidrelétricas, passar recursos da Funasa para os municípios; Hellington Gavião ratificou a fala de Ak'jaboro e propôs que o Ministério da Saúde convoque seminário para esclarecer melhor a regulamentação do sistema, para discutir sobre a portaria 2656, entre outros temas, afirmando que a CNPI não foi consultada antes de a mesma ser publicada. Dirigindo-se a Edgard, questionou se os municípios são obrigados a assumir a saúde indígena, afirmando que poucos são os que aceitam; José Ciríaco afirmou estar contemplado com a fala de Chiquinha, questionando por que a categoria agentes de saúde indígena não foi regulamentada, enquanto outras foram; Luis Vieira Titiah questionou a falta de ações para lidar com problemas como HIV nas aldeias; Brasílio Priprá sugeriu que a Funasa disponibilize melhores informações sobre essas doenças nas comunidades; Pierlângela solicitou que na próxima reunião contem com a participação de um membro da Subcomissão de Saúde na reunião da Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude, a fim de tratar de questões como o alcoolismo e outros assuntos.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

O Presidente da CNPI afirmou entender que todos os comentários trouxeram acréscimos às propostas da Subcomissão e não posições contrárias às mesmas, e nesse sentido considerava que foram aprovadas; informou que o Planejamento Estratégico da FUNAI trará a criação de um novo setor, chamado Coordenação de Promoção Social, que incluirá saúde, assistência, entre outros temas, já tendo assumido a pessoa que será responsável pelo setor, a sra. Irânia Marques. Edgard Magalhães/Funasa, apresentou os seguintes esclarecimentos: 1) a decisão da Justiça do Trabalho não questiona o formato jurídico dos convênios, mas sua finalidade; 2) sobre a portaria n. 2656, informou ter havido reuniões da CISI e em outras instâncias, concordando que pode não ter sido suficiente, mas discordando de que não tenha havido processo de consulta; que a portaria não estabelece a municipalização da saúde indígena, não transfere responsabilidades para os municípios e sim apenas faz a regularização de repasse de recursos, que já vem sendo feito há 5 anos, sem que existisse instrumento de pactuação; que não se trata de recurso novo; que a Funasa permanece como gestor da saúde indígena; a portaria apenas cria critérios para a distribuição desses recursos, que passa a estar relacionada à população; 3) sobre a ausência de ações relacionadas ao vírus HIV, informou que há ações desenhadas para acompanhamento de todos os soro-positivos detectados, mas é preciso ver caso a caso o que está acontecendo, propondo que na próxima reunião possa se dado informe sobre a situação atual; 4) em relação ao fomento da contratação do profissional indígena e as razões por que não foram incluídos na portaria que regulamenta a categoria de agente de saúde, informou que não foi incluída porque não houve mobilização para tal e "perderam o bonde". Destacou, porém, que a decisão judicial de fazer concurso público para a Funasa coloca a situação em foco, sendo inerente à discussão sobre a realização de concurso público a inclusão dos agentes de saúde indígena como subcategoria do PAS ou outra solução viável juridicamente.

Diante das propostas apresentadas pela Subcomissão, as recomendações aprovadas pela plenária foram:

1) Que a Funasa e o MPF contemplem a CNPI no que se refere ao acompanhamento da questão relativa à sentença judicial e seus desdobramentos.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

2) Que a Funasa faça esforço particular a fim de informar os Kayapó sobre esses procedimentos, pois já há processo de questionamento sobre atrasos de recursos e sobre a portaria n. 2656, evitando-se possíveis agravamentos de questionamentos e disputas por não entendimento do andamento da situação. A propósito, a Funasa deverá enviar diretor para conversar com as lideranças Kayapó, realizando-se reunião no Kikretun ou Pukararankre, para tratar desses temas.

▪ **Subcomissão de Políticas Públicas, Orçamento e Gestão:** o relator, Celso Corrêa/Casa Civil, informou que na reunião da Subcomissão foi retomada e reorganizada a agenda anterior, especialmente com a definição da nova representante governamental, na pessoa da Dra. Olga Novion, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A primeira atividade aprovada pela Subcomissão diz respeito à obtenção de informações sobre ações dos órgãos do Governo Federal dirigidas aos povos indígenas, a fim de serem acompanhadas pela CNPI, ressaltando-se as dificuldades para sua realização e informando terem sido divididas as tarefas no sentido de dar início ao levantamento. Uma vez concluído, ao objetivo é se construir instrumento que possibilite o acompanhamento das referidas ações, tendo novamente se destacado as dificuldades que enfrentarão para tal, pois o sistema existente para acompanhamento do Plano Plurianual - o SIGPLAN - não possibilita o detalhamento dos projetos e atividades das ações do PPA. Nesse sentido, há expectativa de que seja desenvolvido, pela Funai, com apoio da GTZ, um sistema que permitirá o acompanhamento de tais ações, o qual no entanto levará cerca de 3 anos para ser implantado, diante do que se pretende desenvolver e propor a adoção de um instrumento provisório de acompanhamento. Como encaminhamento, a Subcomissão se comprometeu a apresentar, na próxima reunião ordinária, em que ponto se encontra o inventário das ações.

O relator prosseguiu informando que o segundo ponto discutido pela Subcomissão disse respeito à demanda de implementação de estruturas de participação dos povos indígenas na definição de projetos a serem implementados nas unidades regionais da Funai. A propósito, a Subcomissão irá documentar as duas experiências apontadas por seus membros como representando sucesso nesse sentido, quais sejam: 1)



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

na Paraíba, onde a aplicação dos recursos orçamentários é feita com a participação das comunidades indígenas; 2) no Rio Grande do Sul, onde há experiência positiva de atuação coordenada entre a Funai e a Funasa, com a participação indígena. Como encaminhamento, ficou definido que, após reunir a documentação, a Subcomissão apresentará proposta no sentido de que as referidas experiências sejam levadas a outras AERs, destacando-se que o sucesso de tal iniciativa dependerá também da capacidade das representações indígenas regionais de definirem propostas de consenso para a aplicação de recursos, bem como de exercerem o controle social sobre a execução dos projetos eleitos.

O terceiro ponto destacado pela Subcomissão refere-se à melhoria das condições de acesso das comunidades e organizações indígenas aos recursos de editais e seleção de projetos lançados por órgãos públicos e empresas do governo federal. No sentido de viabilizar o atendimento dessa demanda, destacou-se a necessidade de garantir que as informações sobre os referidos editais e seleções cheguem efetivamente às comunidades e organizações indígenas, tendo se concluído que a melhor forma de alcançar esse objetivo seria por meio das unidades regionais da Funai. Entre as ações propostas está a divulgação pelos órgãos responsáveis pelos editais e seleções por exemplo em eventos de capacitação dos administradores da Funai. A Subcomissão apresentou, ainda, duas outras propostas para garantir a circulação da informação: 1) confecção de material de orientação que possa ser utilizado na capacitação para elaboração de projetos; 2) sensibilização dos órgãos responsáveis por esses editais para que levem em consideração, ao prepará-los, as características dos povos indígenas, evitando que sejam previstos requisitos e condições que inviabilizem ou dificultem a sua participação. Como encaminhamento, a Subcomissão deverá desenvolver proposta, com apoio da Funai, com vistas a adaptar as regras e exigências de editais e concorrências de projetos para viabilizar a participação dos povos indígenas, observando os preceitos jurídicos característicos desses processos de concorrência. Concluída essa fase, a Subcomissão deverá propor mecanismo para que a proposta seja apresentada aos órgãos responsáveis pelo lançamento desses editais, a fim de sensibilizá-los no sentido de considerem as peculiaridades dos povos indígenas.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

Ao fim da apresentação, e após os comentários e questionamentos por parte da plenária, foi feita proposta de encaminhamento no sentido de que o Ministério de Combate à Fome traga ao conhecimento da CNPI os seus mecanismos de funcionamento. Em decorrência de questionamentos apresentados pelos membros, Celso Corrêa destacou que não se pode perder o foco da Subcomissão, à qual não cabe resolver os problemas verificados na gestão dos recursos ou mesmo aumentá-los, e sim obter informações que permitam acompanhar e verificar os problemas existentes, definir como atuar junto aos órgãos, ou seja, colocar as informações de forma transparente para que possam atuar no âmbito da CNPI. Olga Novion/MPOG destacou que estão todos trabalhando por uma só causa e todos precisam colaborar.

O presidente aproveitou o momento para apresentar Carmem Souto, assessora da Presidência da Funai, cuja função será fazer a interlocução da Funai com os demais ministérios que tenham algum tipo de ação voltada para os povos indígenas, em especial relacionadas à Agenda Social. Caberá a ela, portanto, ser um elo entre o órgão indigenista e os demais órgãos de governo, contribuindo para os esforços que vêm sendo feitos desde 2007, relativos à unificação dos programas, processo no qual ainda há o que avançar, passando a mesma a participar das reuniões da CNPI deste momento em diante.

2. Informes: Conforme previsto na pauta da 2ª Reunião Extraordinária da CNPI, foi aberto espaço para que os membros apresentassem informes de interesse da Comissão, o que foi feito, conforme se segue:

- **Aderval Filho**, do MDS, informou sobre o programa de aquisição de produtos extrativistas, envolvendo a Conab; sobre o Convênio entre o MDS, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, visando a disponibilizar os recursos auferidos com a venda de madeira e bens apreendidos em ações ilegais para os povos indígenas e comunidades tradicionais;

- **Lylia Galetti**, do Ministério de Meio Ambiente, apresentou informe sobre as oficinas da Carteira Indígena realizadas nos estados;



- **Edgard Magalhães**, da Funasa, informou sobre a realização do Inquérito Nutricional dos Povos Indígenas, de âmbito nacional, por meio do qual será feito estudo comparativo de todos os povos indígenas do país, começando em abril ou maio de 2008.

- **Pierlângela Wapichana** entregou manifesto da bancada indígena da CNPI contra a demora com relação à desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

- O **Presidente da CNPI** informou, a propósito da desintrusão da TI Raposa Serra do Sol, que a decisão, inclusive do Ministro da Justiça, é pela retirada dos não indígenas, o que só não aconteceu ainda por problemas logísticos. A seguir, apresentou os seguintes informes: 1) Publicação no DOU do dia 10 de lei de nova lei relativa à LDB, por meio da qual passa a estar incluído no currículo escolar não só o estudo da cultura e história afro-brasileira, mas também indígena; 2) Sobre a revogação, em 18/02/2008, por meio da portaria n.º 315/MJ, da Portaria n.º 2711/MJ, de 24/09/04 e n.º 1409/MJ, de 19/07/05, as quais criavam comissão para avaliação de demandas por demarcação de terras em Santa Catarina, conforme recomendado pela CNPI; 3) Que o anteprojeto de lei criando o Conselho Nacional de Política Indigenista encontra-se na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, para análise jurídica, depois do que seguirá para a Casa Civil, devendo ser encaminhado para o Congresso no mês de abril de 2008. Finalmente, procedeu à leitura de telegrama enviado pelo Ministro da Justiça informando sobre a impossibilidade de participar da presente reunião, na qual seria representado pelo consultor jurídico do Ministério, Rafael Thomaz Favetti.

3. Apresentação e discussão sobre proposta de projeto de lei que regulamenta o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, relativo ao artigo 231 da Constituição Federal, feita por Márcia Camargo, do Ministério de Minas e Energia.



Dia 14 de março de 2008

4. Apresentação sobre o tema **Planejamento energético e estudos de inventário em bacias hidrográficas**, feita por Paulo Nascimento, do Ministério de Minas e Energia, seguida por debate por parte da plenária.

5. Apresentação e debate sobre a **Atuação da Polícia Federal nas operações em terras indígenas**, solicitada pela subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, feita pelo Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, chefe da DASP – CGDI – DIREX.

6. Apresentação do **Projeto Piloto de registro civil de nascimento dos povos indígenas**, feita por Leilá Leonardos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e pela antropóloga responsável pela coordenação técnica do projeto, Aldayr Brasil Barthy, do Projeto Rondon.

7. Deliberação sobre **pendências envolvendo a representação indígena do Mato Grosso do Sul**: a respeito deste ponto, o presidente informou sobre o recebimento de documento no qual delegações indígenas do estado do Mato Grosso do Sul questionavam a representação desse estado na CNPI, afirmando não terem os representantes Wilson Matos e Danilo Terena sido escolhidos de acordo com os critérios do Regimento Interno da Comissão e apresentando os nomes dos novos representantes pelos quais deveriam ser substituídos. Diante da gravidade da situação, relatou o presidente, solicitara à Secretária Executiva, Teresinha Maglia, que fizesse levantamento da documentação relativa à indicação dos referidos representantes, quando se apurou ter sido descumprido o Regimento Interno da CNPI, no que se refere aos artigos 5º e artigo 6º do Capítulo II, da Organização e Funcionamento, Seção I, Composição. Foi então solicitado que a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça apreciasse o caso, tendo essa por sua orientado no sentido de que deveria ser adotado o critério previsto no Regimento e no Decreto que cria a CNPI.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

Tendo solicitado espaço para se manifestar, o representante indígena Wilson Matos destacou, em síntese, a importância de sua atuação na região; afirmou não admitir que existisse alguém em seu estado capaz de exercer a representação melhor do que ele próprio; afirmou ter sido seguido todo o processo, conforme definido no decreto e que não admitia que antropólogos interviessem nessa questão. Wilson Matos afirmou ainda ser estranho que alguma organização viesse a questionar o processo de indicação agora, e que estas vão ter que esperar sua vez; que não admitia que depois de um ano viessem alegar que o processo de escolha foi ilegítimo e que nessa situação caberia mandado de segurança de sua parte.

Danilo Terena também apresentou sua defesa, afirmando entender que algumas lideranças, algumas das quais afirmou não serem de fato lideranças, questionassem a representação; que concordava em que deveria ser dada resposta ao pleito apresentado pelas delegações, mas que discordava de que se fizesse um novo processo de indicação dos representantes, defendendo sua permanência e a de Wilson Matos, tendo em vista sua atuação séria no decorrer dos trabalhos da Comissão, que poderia ser comprovado pelos demais membros.

O presidente informou ter recebido documentos que vêm da base, e como tal, enquanto presidente, vira-se na obrigação de dar conhecimento à CNPI; destacou que o processo de indicação dos membros acontecera antes de iniciar seu trabalho como presidente da Funai, tendo sido feito durante a gestão anterior. Passou a seguir a palavra para a Secretária Executiva, a fim de que relatasse sobre o levantamento que fizera; esta, por sua vez, informou sobre o que havia apurado, apresentando documentos e lendo alguns trechos que ilustravam os problemas verificados e concluindo com o parecer do consultor jurídico do Ministério da Justiça, que opinara pela substituição dos referidos membros. O presidente frisou a seguir que não se estava fazendo juízo de valor com relação a nenhum dos dois representantes em questão, mas que se tratava de questão política que devia ser encaminhada. A seguir, o presidente abriu a palavra para que os demais membros se pronunciassem sobre a situação, antes de deliberarem definitivamente.

A Dra. Alda Carvalho, do Ministério Público, destacou que ambas as indicações, tanto a de Wilson Matos e Danilo Terena como a nova indicação feita pelas



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

delegações que apresentaram o questionamento, estavam equivocadas, uma vez que nenhuma das duas havia seguido o decreto no que se refere por exemplo à presença do Ministério Público na ocasião da indicação. Antonio Caboquinho, por sua vez, defendeu que se fizesse uma nova consulta, conforme previsto no decreto, consultando-se as bases para que decidam sobre a questão. Lindomar Xocó sugeriu que se formasse uma pequena comissão, para fazer reunião nas bases e mostrar aos indígenas quem são representantes em questão e, ainda, que se fizesse assembléia com a presença de uma comissão da CNPI.

Wilson Matos manifestou-se novamente afirmando que "decreto não é lei"; que se à época os documentos relativos às indicações foram aceitos, deveria se considerar que o procedimento como um todo estava corretos, ou então não deveriam ter sido aceitos. Alguns membros da bancada indígena defenderam, ainda, que Wilson e Danilo estariam sendo vítimas de funcionários da Funai, que costumam dar agradinhos aos índios para conseguirem o que querem, o que também seria uma prática na Funasa. Novamente se sugeriu a formação de uma comissão para ir à região ver a situação e falar do trabalho dos dois membros em questão, pois o problema poderia ser ciúme. Marcos Xucuru defendeu a posição de que a Comissão não tem competência para decidir sobre essa situação, que há uma legislação e esta tem que ser respeitada, e se não foi seguido o procedimento correto, se houve falha ou interferência, o mais correto é que o próprio povo da região decida, que a organização que os indicou organize uma nova consulta e, se for o caso, os dois sejam indicados novamente, referendando-se os seus nomes.

Celso Corrêa/Casa Civil, afirmou concordar com a fala de Marcos Xucuru; que o problema leva a questionar a legitimidade e a representação da Comissão; que juricamente, se houve falha, pode-se adotar os meios para corrigi-la, o que não implica dizer que se ratifica a indicação, conforme propusera Wilson Matos. Quanto à representação, ao organizar a Comissão, sempre se deixara por conta da maioria da representação indígena, e assim será na sua forma de atuar enquanto representante governamental, ou seja, apoiará a decisão que a bancada indígena definir como sendo a melhor. Lylia Galetti/MMA, afirmou que também segue a linha de Marcos Xucuru; que, para honrar a legalidade da Comissão, será preciso fazer uma nova



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

consulta, o que a seu ver não impede a permanência dos dois membros até que o processo se resolva; Edgard Magalhães/Funasa, afirmou estar contemplado nas falas de Marcos Xucuru e Caboquinho, mas que, a seu ver, se existissem documentos que viessem a comprovar que foram seguidos os ritos, os mesmos deveriam ser aceitos, ainda que fora do prazo; caso não existam, reconhece não haver como se manter a representação. Alda Carvalho/AGU, afirmou concordar com a fala de Marcus Xucuru e Edgard, mas que o fato de não ter sido seguido o rito já tornava a indicação nula; que o processo está viciado tanto na primeira como na segunda indicação, sugerindo que talvez se pudessem obter comprovação de que o Ministério Público participou da reunião em que houve a indicação poderiam reverter a situação, e se não a opção seria de fato fazer uma nova consulta. Jorge Quadros/MJ, afirmou ser muito claro, claríssimo, que o processo está incorreto e que qualquer outra decisão que a Comissão viesse a tomar seria prejudicial para ela própria, pois estaria decidindo pelas comunidades, o que não deve fazer e não tem competência para fazer, correndo o risco de se tornar ela própria ilegal; que a qualquer momento que se percebe um erro ele tem que ser corrigido ou todos estarão sendo coniventes, fazendo apelo para que não se propusessem alternativas que não existiam, não eram corretas. Alda Carvalho sugeriu que se revisassem os documentos, enquanto Lylia Galetti afirmou que, mesmo que o processo tivesse sido feito com base em orientação errônea do órgão indigenista, conforme alegaram os dois membros em questão, o erro permanecia; que esse exemplo deveria servir de referência para escolha dos membros do Conselho, para aprimorar os processos, de forma que sejam o mais democráticos possível, mesmo que não unânimes, mas contemplando a maioria.

Wilson Matos solicitou a palavra, afirmando que talvez fosse sua última fala na CNPI e que gostaria de exercer seu direito constitucional de se expressar, reafirmando que o erro não fora de sua pessoa e sim da Funai, que os havia induzido ao erro; que essa situação se tratava de perseguição contra a sua pessoa e que o mesmo erro também poderia estar presente nas outras indicações. Danilo Terena reafirmou o argumento de que o erro não havia sido pessoal, mas de orientação da Funai, e que não poderiam ser prejudicados por um erro do qual não tinham culpa.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

O presidente, neste ponto, expressou sua intenção de dar encaminhamento à questão, para o que seria necessário levar a votação; informou que, quando chegou à Funai, o processo de escolha já havia sido feito, só lhe restando nomear os membros, tendo considerado os atos como sendo de boa-fé, até que se provasse o contrário. Nesse sentido, procedera à nomeação, considerando que tudo havia sido feito de forma correta, até que surgira ação política do Mato Grosso do Sul questionando e sugerindo mudança na representatividade. Assim, trouxera o caso à plenária em respeito à CNPI, pois garantir esse respeito a seu ver seria o mesmo que garantir sua legalidade, "doa a quem doer". Se os documentos provam que houve erro, afirmou, faz-se necessário apurar responsabilidades do servidor que não fez com que as regras fossem cumpridas, sendo que os dois que se sentem lesados pela instituição Funai por um ato que os fatos sugerem que foi pessoal devem tomar suas providências.

O presidente prosseguiu afirmando ainda que, mesmo supondo que os membros em questão agiram de boa-fé, não se pode deixar de tomar providências ou se estará desrespeitando toda a CNPI. E uma vez Danilo Terena e Wilson Matos terem se manifestado no sentido de se buscar outra alternativa, enquanto os demais propunham que se mantivesse a legalidade, seu encaminhamento seria por colocar a decisão em votação. Decisão esta que destacou ser difícil, tendo havido uma série de decisões até agora na Comissão, entre as quais esta talvez essa seja a mais difícil, por implicar o reconhecimento de uma falha.

Isso posto, a plenária passou então à votação, conforme a seguir:

- 1) Membros favoráveis à proposta de Wilson Matos e Danilo Terena, no sentido de que a CNPI reconsiderasse o caso, buscando outra alternativa que não a substituição dos representantes do estado do Mato Grosso do Sul: **4 votos**; e
- 2) Membros favoráveis a que se seguisse o Decreto que institui a CNPI e o respectivo Regimento Interno, buscando-se solução formal para o caso em pauta, que se apurasse responsabilidades pelos erros porventura cometidos e se procedesse a um novo processo de indicação dos representantes do estado do Mato Grosso do Sul: **18 votos**;
- 3) Abstenções: **2**.



Nesse sentido, o presidente anunciou que a decisão fora majoritariamente por se seguir o Decreto que institui a Comissão e seu Regimento Interno, decisão que considerou difícil, ao mesmo tempo reiterando que, pela parte da presidência da CNPI, não houve nenhum julgamento de mérito ou pessoal com relação aos indígenas envolvidos.

Danilo Terena questionou a seguir como se daria o processo dali em diante, se haveria outro processo de escolha, como se daria o mesmo, quando e onde, ao que o presidente esclareceu que isso se tratava de questão a ser encaminhada, talvez se incumbindo uma subcomissão da CNPI de definir os procedimentos. Celso Corrêa/Casa Civil, opinou que se deveria seguir o Regimento Interno, que estipula que deve haver acompanhamento de um representante governamental no processo de indicação dos representantes indígenas, garantindo assim que sejam seguidos os quesitos previstos nos artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Organização e Funcionamento, Seção I, Composição do Regimento Interno. Celso Corrêa sugeriu ainda que isso fosse feito antes da próxima reunião ordinária, a fim de que na próxima já pudessem contar com a participação dos novos representante,s ou quem sabe até mesmo de Wilson Matos e Danilo Terena, caso sua indicação fosse ratificada.

Concluindo a questão, ficou decidido que se encaminharia conforme proposto.

8. Deliberação sobre modificação da representação indígena do Amapá: a fim de dar conhecimento à plenária sobre o caso em pauta, a secretária executiva, Teresinha Máglia, leu o documento encaminhado à Secretaria Executiva, elaborado durante Assembléia dos Povos Indígenas do Amapá e no qual informam sua decisão de que seja substituído o representante titular daquele estado, apontando novo nome para ocupar o lugar deste e mantendo-se o substituto. A propósito, a secretária destacou que, conforme se podia verificar a partir do presente documento, a indicação em questão também não seguira os procedimentos previstos no Regimento Interno.

Nesse sentido, o presidente destacou que o procedimento a se adotar era simples, cabendo responder e informar que os procedimentos não haviam sido cumpridos, e portanto deveriam realizar novo processo de indicação, observando os



questitos necessários para garantir a sua legalidade. Carlos Nogueira/MME, destacou que era preciso atentar para o fato que, se há um suplente, este deveria assumir na ausência do titular, mas que, em se tratando de substituição, de fato deve ser seguido o que está no Regimento Interno.

Assim, ficou definido como encaminhamento que se orientasse corretamente sobre os procedimentos para indicação de um novo representante, sendo que, caso não seja feita a referida indicação antes da próxima reunião, o suplente atue em no lugar do titular.

9. Apresentação do Planejamento Estratégico da Funai: a respeito deste assunto, o presidente informou que o fim da CPMF resultara na não aprovação, até o momento, da Reestruturação da Funai e do Plano de Carreira dos servidores, sendo que, no final do mês de fevereiro deste ano, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informara que seria honrado o que fora acordado no final de 2007. O presidente ressaltou que não havia sido informado sobre quando isso se daria, pois tal definição dependia da aprovação do orçamento e do nível de arrecadação, em face do que tanto o Plano de Carreira como a Reestruturação dependiam dessa decisão do MPOG e da Casa Civil, sendo que tudo o que cabia à Funai fazer esta já fizera. Destacou ainda que continuava insistindo e batalhando para que venham a ser aprovados, mas que, independentemente disso, estão fazendo tudo o que depende da Funai, não estão parados. Entre as ações já adotadas em sua gestão, destacou:

- A definição do Plano Plurianual da Funai, que já está pronto;
- O envio da proposta de orçamento ao Congresso, a respeito do qual ressaltou ter havido inclusive batalha para se aprovar emendas para a questão indígena;
- A elaboração, que considera como sendo muito importante, do Planejamento Estratégico da Funai para o período 2008 a 2010, o qual poderiam conhecer na íntegra, disponibilizando cópias do mesmo. Sobre o referido Planejamento, o presidente esclareceu que se trata da definição de ações e prioridades, agendas sociais, prioridades na questão fundiária, descrição do novo papel que Funai deve assumir no cenário atual, definição de responsáveis, prazos, entre outras informações.



Ministério da Justiça - MJ
Comissão Nacional de Política Indigenista
2ª Reunião Extraordinária
Paraíba – Baía da Traição, 13 e 14 de março de 2008

A propósito desse assunto, Pierlângela Wapichana sugeriu que o Planejamento Estratégico entre como ponto de pauta de uma próxima reunião ordinária da CNPI, proposta esta aprovada pela plenária, deixando-se portanto o debate para a referida ocasião.

10. Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária da CNPI: a síntese da ata da 4ª Reunião Ordinária da CNPI, realizada nos dias 13 e 14 de 2007, foi aprovada sem ressalvas, sendo que na votação houve duas abstenções, de Lylia Galetti e Edgard Magalhães, que não estiveram presentes à referida reunião.

11. Definição sobre as datas das próximas reuniões da CNPI e respectivas pautas: conforme já aprovado anteriormente, foi definido que a próxima reunião será realizada em Brasília, no decorrer do Abril Indígena, a fim de reforçar a relação entre a Comissão e o movimento indígena. A reunião, que será a **3ª Reunião Extraordinária da CNPI***, terá duração de um dia e seguirá a mesma pauta do Abril Indígena, em data a ser definida e informada pela Secretaria Executiva.

A **5ª Reunião Ordinária da CNPI** será realizada em Brasília, entre os dias 27 e 30 de maio de 2008, mais os dias que antecedem a plenária, destinados à reunião da bancada indígena, governamental e das subcomissões. Quanto à pauta, deverá ser apresentada proposta, por parte da Secretaria Executiva, no decorrer da Reunião Extraordinária do mês de abril.

* Em atendimento a proposta da bancada indígena, no sentido de que seja agendado encontro da Comissão com o Presidente da República, o presidente da CNPI orientou a bancada indígena para que encaminhe oficialmente a solicitação de audiência à Secretaria Executiva, a fim de que esta verifique a possibilidade de atendimento junto à Secretaria da Presidência da República.